

Professores no Brasil: impasses e desafios. GATTI, Bernardete; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Brasília: Unesco, 2009.

RESUMO EXECUTIVO

O objetivo deste estudo foi o de prover um balanço da situação relativa à formação, carreira e salário dos professores da educação básica no Brasil e situá-lo em um quadro mais amplo de referências que possibilite sinalizar perspectivas de superação dos muitos desafios encontrados, com vistas à melhoria da qualidade da educação e à valorização da profissão docente.

O trabalho intenta obter uma visão abrangente e compreensiva da temática em âmbito nacional e regional, e aborda aspectos que se entrecruzam nesse domínio: a docência no mundo do trabalho, suas características e o perfil dos docentes em exercício; a ordenação legal da formação de professores e decorrências nas políticas de formação; a formação inicial em cursos presenciais e a distância e as instâncias por ela responsáveis; seu currículo e o perfil dos licenciandos; a formação continuada e os modelos especiais de formação de professores; a carreira e os salários e suas implicações.

Para tanto, procura articular informações de muitas fontes, como as fornecidas pelo Ministério do Trabalho e pelos censos demográficos e da educação; as pesquisas sobre a formação docente e a estrutura curricular dos cursos de pedagogia e outras licenciaturas, o perfil dos licenciandos e a sua apreciação sobre esses cursos. Vale-se ainda de levantamentos sobre a carreira docente em estados e também em municípios.

Seguem as principais constatações.

1. Quanto aos docentes:

a) Os profissionais do ensino constituem o terceiro grupo ocupacional mais numeroso do país, apenas precedidos pelos escriturários e trabalhadores do setor de serviços, e, entre estes, o que possui o mais alto nível de instrução (nível médio e superior), bem como as características mais homogêneas, em vista da forte regulamentação que cerca o exercício da profissão. Os dados, para termos comparativos, são claros: escriturários representam

15,2 % da força de trabalho; empregados do setor de serviços 14,9%; docentes 8,4%; empregados da construção civil e indústrias extrativas 4% – RAIS, 2006.

b) O poder público é responsável por 83% dos empregos do magistério. Destes, 77,6% estão na educação básica. O número de professores e o volume de recursos que mobilizam por parte do Estado mostram a sua importância econômica para a nação, o que tem óbvios desdobramentos em termos do financiamento do setor educacional.

c) As mulheres ocupam 77% dos postos de trabalho, o que tem também óbvias implicações de gênero, nem sempre devidamente aprofundadas nos estudos da área de educação. Sua presença varia segundo os níveis de escolaridade e a proporção delas aumenta gradativamente nos níveis mais baixos de escolarização. Na educação infantil (EI) 98%; ensino fundamental (EF) 88,3%; ensino médio (EM) 67% - (PNAD, 2006).

d) Os docentes que se declaram brancos são 61,3% e a proporção de não-brancos também varia segundo os níveis de escolaridade, aumentando nos níveis mais baixos de escolarização. Os dados mostram que, auto-declarados como não brancos na educação infantil perfaz 42%; no ensino fundamenta, 42%; no ensino médio, 32%. (PNAD, 2006).

e) A proporção dos docentes com apenas um trabalho na educação infantil é de 88,4%; no ensino fundamental, 82%; no ensino médio, 75%. A jornada média de trabalho docente é de 30 horas semanais.

f) Os que se declaram chefes de família são 28,5%, dentre os quais 69%, mulheres; 48% declaram-se cônjuges e somente 20%, se declaram filhos - PNAD, 2006

2. Quanto aos licenciandos (dados ENADE/Inep/MEC, 2005):

a) Os estudantes são majoritariamente do sexo feminino. As mulheres representam 92,5% dos alunos de pedagogia e 75,4% nas demais licenciaturas.

b) Trata-se de estudantes mais velhos. Menos metade (46%) está na faixa etária adequada (18-24 anos) e quase outro tanto deles, acima da faixa.

c) O grupo majoritário (50,4%) concentra-se nas faixas de renda média (entre 3 a 10 salários mínimos), mas observa-se clara inflexão para a faixa de renda mais baixa, de 1 a 3 salários mínimos, (39,2%), o que pode ser interpretado como a profissão de professor ser um meio acessível para ascensão social de estratos de origem popular a carreiras mais qualificadas.

d) Apenas 26% declaram não trabalhar e ter os gastos financiados pelos pais. Entre os que trabalham, 43,3 % o fazem em tempo integral (40 horas semanais ou mais por semana), o que indica, uma reduzida disponibilidade para os estudos.

e) Se não há diferenças significativas entre os alunos de pedagogia e os demais licenciandos quanto à renda familiar, a bagagem cultural inferida pela escolaridade da mãe é maior entre os licenciandos das áreas específicas de conhecimento.

f) Os licenciandos declaram raramente ler jornais, lêem poucos livros, freqüentam a biblioteca com freqüência não muito alta (46% deles) e a maioria tem acesso à internet (81,3%), utilizando-a principalmente para fazer os trabalhos do curso (92,6%).

g) 53% declaram ter optado pelo curso porque querem ser professores, mas 21% o escolheram para ter uma opção se não conseguirem exercer outro tipo de atividade.

3. Formação dos docentes

Em face da exigência legal de formação em nível superior para todos os professores feita pela lei 9394/96, o locus da formação inicial docente desloca-se integralmente para o ensino superior.

Nas *Licenciaturas presenciais* observa-se:

a) Uma expansão de cursos presenciais de licenciatura nos últimos anos: eles crescem 65% entre 2001 e 2006, porém as matrículas aumentam em ritmo muito mais lento: 39%. Os cursos de pedagogia praticamente dobram no período (97%), mas as matrículas sobem apenas 37%.

b) A iniciativa privada detém a maior parte dos cursos e das matrículas, embora se note que o poder público vem se comprometendo mais com a formação de professores do que em décadas anteriores. As instituições superiores de educação públicas vêm exercendo um papel claramente redistributivo no país, de modo a assegurar oportunidades de formação docente nas regiões com economia menos dinâmica: nas regiões mais prósperas têm grande predominância a iniciativa privada nas matrículas: sudeste 87,4%, sul 77%; nas regiões menos prósperas, há predominância de matrículas nas instituições públicas: nordeste, 68,5%; norte, 73% (Sinopse Estatística da Educação Superior, 2006). São as IES estaduais, de criação relativamente recente, as que mais se têm encarregado desses cursos:

IES federais 14,8%; IES estaduais 28,2%. Apesar do grande esforço de ampliação de vagas feito pelas instituições públicas, as matrículas nas privadas têm aumentado em proporções maiores, entre os motivos, pela maior oferta de vagas que oferecem no período noturno.

Quanto às *Licenciaturas a distância* deve-se considerar que:

A expansão das licenciaturas a distância no país faz parte da política induzida pelo MEC que decorre da exigência de formação docente em nível superior e de estudos realizados em 2004 que estimavam uma demanda de formação docente para a educação básica de cerca de 875 mil vagas. Nesse ano o MEC convoca as universidades federais a oferecerem cursos de licenciatura a distância em Pedagogia, Matemática, Física, Química e Biologia. Elas se organizam em consórcios e passam a atuar nas diferentes regiões. Em 2005, decreto presidencial determina a equivalência de certificados e diplomas de EAD e de cursos presenciais, e em 2006 é criada a Universidade Aberta do Brasil, visando promover a formação inicial e continuada a distância de professores da educação básica. A UAB tem propiciado a articulação entre as IES, estados e municípios para expandir e interiorizar a oferta de nível superior a populações longe dos grandes centros. A reordenação do campo da EAD cria condições de crescimento acelerado da modalidade no setor público e no privado. De acordo com o Censo da Educação Superior, dos 107 cursos de licenciatura em 2004, passa-se a 408 em 2007; das 59 mil matrículas, salta-se para 369 mil, embora o número de vagas oferecido seja muito maior que o de matrículas. O setor privado evoluiu de 15% das matrículas em 2005 para 45% em 2007.

Questionamentos são feitos sobre a qualidade desses cursos, e o debate sobre EAD está muito radicalizado. Não há que demonizar a educação a distância, atribuindo suas tentativas de expansão meramente às políticas de globalização que sucateiam o ensino e substituem as relações humanas pelas TIC's. Não obstante, a defesa da democratização do acesso à educação superior que a EAD possibilita se justifica se representar efetivamente uma oportunidade de formação de professores com qualidade. Existem bons cursos de nível superior a distância, inclusive no Brasil, como os das Universidades Federal e Estadual do Mato Grosso, reunidas em consórcio. A União não dispõe do aparato necessário para o devido acompanhamento e supervisão de EAD em todo o território nacional e a capacidade de multiplicação muito rápida dessas licenciaturas, dá ainda margem a excessivas improvisações, desde a própria formulação do projeto pedagógico e

da estrutura curricular dos cursos, até as questões ligadas ao seu funcionamento, à frequência e aproveitamento dos alunos; ao papel dos tutores, sua formação e condição de trabalho; à construção de materiais, aos estágios nas escolas básicas e outras tantas.

4. Os currículos das instituições que formam os docentes

Pelas pesquisas levantadas, verifica-se que as condições de formação de professores ainda estão bastante distantes de serem satisfatórias. Consta-se a ausência de um perfil profissional claro de professor. Os currículos não se voltam para as questões ligadas ao campo da prática profissional, seus fundamentos metodológicos e formas de trabalhar em sala de aula. Não se observa relação efetiva de entre teorias e práticas na formação docente:

a) os cursos de Pedagogia têm uma característica fragmentária e um conjunto disciplinar bastante disperso. Enquanto neles quase não se encontram disciplinas referentes aos conteúdos que devem ser ensinados na escola básica, nas demais licenciaturas prevalecem os conhecimentos da área disciplinar em detrimento dos conhecimentos pedagógicos propriamente ditos.

b) são poucos os cursos que promovem aprofundamento da formação na educação infantil.

c) os estágios, obrigatórios nas licenciaturas, constam das propostas curriculares sem planejamento e vinculação clara com os sistemas escolares e sem explicitar as suas formas de supervisão.

d) somem-se a essas características, a constatação, segundo os próprios licenciandos, de que os cursos são dados em grande parte à base de apostilas, resumos e cópias de trechos ou capítulos de livros, ficando evidente um certo grau de precariedade nos conhecimentos oferecidos.

5. Formação continuada

Numerosos estudos mostram que a formação continuada é organizada com pouca sintonia com as necessidades e dificuldades dos professores e da escola. Consta-se que:

a) A maioria dos formadores não tem conhecimento dos contextos escolares e dos professores que estão a formar.

b) Os programas de formação não prevêem acompanhamento e apoio sistemático da prática pedagógica dos docentes.

c) Os professores têm dificuldade de prosseguir em suas práticas com eventuais inovações o término do programa.

d) A descontinuidade das políticas e orientações do sistema dificulta a consolidação dos avanços alcançados.

6. Salário e planos de carreira.

Verificou-se quanto aos salários que:

a) O salário inicial do professor tem, no geral, tem sido baixo, quando comparado a outras profissões que exigem formação superior. Isso pesa sobre as características de procura desse trabalho, assim como sobre o ingresso e permanência na profissão.

b) A condição de remuneração de professores no Brasil é muito desigual, tanto nos diferentes níveis de ensino, como conforme a região e a dependência administrativa. Há regiões em que ela tem sido sistematicamente muito baixa, como no nordeste, mas, onde também a oferta de empregos é mais escassa; em estados e municípios economicamente mais desenvolvidos, os salários são um pouco melhores, mas não são nada competitivos no contexto de opções e desestimulantes diante do custo de vida.

c) De acordo com a PNAD 2006, a média salarial dos docentes da educação básica é de R\$927,00, mas a mediana, ou seja, o ponto em que 50% dos professores recebem abaixo desse valor, é R\$720,00.

d) Apenas poucos ganham acima de R\$2000,00 e no nordeste, 60% ganham menos do que R\$530,00.

No que respeita aos *planos de carreira* observa-se que a maior parte dos planos adota como fator de progressão na carreira apenas o tempo de serviço ou mudança de função. São poucos os estados que possuem carreiras mais complexas. Também, os planos de carreira de professores geralmente não oferecem estímulo à permanência na docência.

ASPECTOS A CONSIDERAR QUANTO À VALORIZAÇÃO DA DOCÊNCIA

- 1- Qualidade da formação: básica e continuada
- 2- Formas de acesso e progressão na carreira
- 3- Implementação do estágio probatório previsto em lei
- 4- Desenvolver uma cultura do valor da profissão.

- No que concerne à formação de professores, uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais e formativas e nos currículos dos cursos é necessária. É preciso integrar a formação em instituídos articulados e voltados a esse objetivo. Ela não pode ser pensada a partir das ciências e de seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria da escolarização: ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas sociais coerentes com a vida civil.

- A importância dos professores para um país é também cultural e política, pois são eles que se encarregam dos processos de socialização e de formação cada vez mais prolongados por intermédio da escolaridade. Não obstante, a carreira e os salários dos docentes da educação básica não são atraentes nem recompensadores e a sua formação está longe de atender as necessidades e exigências feitas às escolas e seus profissionais.

- Considere-se que, embora seja corrente o discurso de que o aumento de salário não garante melhor qualidade, é preciso lembrar que carreiras pouco atraentes do ponto de vista salarial não se mostram atraentes entre as novas gerações e para aqueles que se consideram com melhores chances em outras áreas.